

NOTA DO AUTOR

Passam agora 45 anos dos factos que relato neste livro. Falo de uma experiência que a poucos foi dado viver.

Como membro do MFA, neste caso de Moçambique, tive o privilégio de participar num processo intenso e delicado, acompanhando a transferência da soberania de Portugal para o novo poder moçambicano, assumido pela FRELIMO. Foi uma oportunidade que não quis deixar de viver, quando talvez tivesse sido mais fácil regressar a Portugal e participar num outro processo, também intenso, no meu país.

Não me pareceu, contudo, adequado à minha condição de militar e membro do MFA furtar-me a uma situação que outros meus camaradas assumiam e mesmo iniciavam, ainda enviados de Portugal.

O relato que faço tem três níveis de leitura. Julgo que o mais importante é constituído pelos documentos transcritos, cujos originais (ou cópias da época) se encontram, na grande maioria, no meu arquivo que vai ser depositado no Arquivo Histórico Militar. O segundo nível de leitura remete para a minha memória dos acontecimentos, com tudo o que caracteriza um relato pessoal de factos do passado, pois hão-de encontrar-se lembranças, mas também esquecimentos, com as lacunas que lhe são naturalmente inerentes. O terceiro nível remete para as dúvidas, as interrogações, as incertezas, que eu e o meu amigo João, oficial miliciano, vamos abordando, em conversas informais.

Foi assim que eu vivi o fim do império português da Africa Oriental. Esse regresso da aventura marítima já eu o tinha discutido com o meu avô Artur, no livro "O Meu Avô Africano". Completo-o agora e ponho-lhe um ponto final, enquanto envolvimento pessoal.

Parece-me hoje que fiz o que devia fazer, em conjunto com todos os meus companheiros desta singular vivência. Ao longo do relato poderá por vezes parecer que assumo o papel principal. Não é verdade. Nunca estive

Aniceto Afonso

sozinho, fizemos tudo em conjunto, MFA e Forças Armadas, comandantes e subordinados, oficiais, sargentos e soldados.

E se no período entre o 25 de Abril e o Acordo de Lusaca, a 7 de setembro de 1974, conduzimos uma mudança complexa contando apenas conosco próprios, tivemos depois o apoio dos nossos novos camaradas das Forças Populares de Libertação, responsáveis e soldados da FRELIMO, como companheiros do processo intenso e delicado que levámos a cabo.

Sempre tivemos a noção de que estávamos atrasados no tempo. Mas sempre tivemos a prudência de contar com a complexidade da situação da região, onde se jogava muito mais do que um só processo de transição. Com o nosso baixo nível de decisão, mas significativo nível de influência, nunca deixámos de ter em conta, para cada passo, as repercussões que as decisões em Moçambique lançavam para lá das fronteiras. Mas só muito tarde o nosso desassossego começou a serenar.

Os portugueses de Moçambique foram outra das nossas constantes preocupações. Era uma comunidade muito especial, com fundas ligações à África do Sul e à Rodésia, mas muito afastada da realidade da questão moçambicana essencial - a solução para a guerra. Esperou sempre, para além mesmo da hora final, por uma solução milagrosa, algo que viesse de fora. Não pudemos fazer muito para responder aos seus tardios anseios. Convivemos com o seu desespero, sem grandes alternativas, porque o tempo tardio afetou todas as soluções.

Terminámos inquietos, mas conscientes do nosso esforço, da nossa participação, esperançados de que, passada a tormenta, melhores dias viriam, e que as relações de Portugal e Moçambique, enquanto países iguais, seriam no futuro promissoras e fraternais.

É deste tempo que dou agora público testemunho.

96. TROPAS LOCAIS

A questão do recrutamento de tropas locais para a guerra colonial tem fundamento na história da administração colonial portuguesa, que sempre as utilizou, embora com diferenças substanciais em vários períodos dessa história.

Durante os anos da guerra colonial, as tropas coloniais eram, por um lado, mais baratas e supriam o défice de recrutamento metropolitano, que se esgotou nos finais dos anos sessenta. Por outro, os soldados africanos adaptavam-se melhor às condições locais, inseriam-se nas respetivas culturas, podendo ser mais eficazes na recolha de informações, e resistiam melhor às doenças tropicais. Acabavam também por fazer diminuir as baixas das tropas metropolitanas, o que tinha um efeito psicológico positivo em Portugal.

Embora nem sempre bem aceites por alguns responsáveis militares portugueses, a verdade é que as tropas africanas, para além das vantagens assinaladas, constituíam também uma aposta política, tanto no papel que desempenhavam como elementos integrados nas forças portuguesas, como no papel que poderiam vir a desempenhar no futuro, segundo alguns projetos que os consideravam numa possível solução da questão colonial.

O recrutamento local podia destinar-se às forças regulares das unidades territoriais, portanto integradas nas forças portuguesas, assim como podiam constituir-se em forças especiais e em milícias. As primeiras constituíam batalhões e companhias de infantaria normalmente formadas nos regimentos territoriais, assim como unidades de artilharia e de cavalaria do mesmo nível.

As milícias eram a continuidade de uma tradição da estrutura administrativa e espalhavam-se por todo o território sob responsabilidade das autoridades da administração.

As forças especiais constituíram-se durante os anos da guerra colonial e tinham missões específicas, com diferenças entre territórios, mas sempre

O MFA em Moçambique

o objetivo de formar forças de grande poder ofensivo. Em Moçambique constituíram-se todas estas unidades, desde Grupos Especiais, Grupos ciais Paraquedistas e também Flechas (estes sob responsabilidade da E/DGS).

No seu conjunto, como já assinalámos, em Moçambique os efetivos locais ultrapassavam em número as tropas metropolitanas, já que do efetivo total do Exército presente no território constituído por 55 000 homens, quase 31 000 eram do recrutamento local, cerca de 56%.

Em Moçambique, no quadro do recrutamento local e nas tropas regulares, havia 13 Batalhões de Caçadores, 1 Batalhão de Comandos, 43 Companhias de Caçadores, 3 Companhias de Comandos, 2 Grupos de Artilharia Campanha, 3 Esquadrões de Reconhecimento e 1 Esquadrão a Cavalo, num total de cerca de 24 000 efetivos. Nas tropas especiais tinham-se constituído 84 Grupos Especiais, com cerca de 3000 efetivos e 12 Grupos especiais Paraquedistas, com mais de 400 efetivos. Havia, para além destes, os grupos de milícias dependentes dos governos de distritos.

A questão das tropas de recrutamento local é largamente abordada no acordo de Cessar-Fogo anexo ao Acordo de Lusaca, sendo consideradas de forma distinta as forças de milícias e outras forças irregulares e especiais em relação às forças do recrutamento normal incorporadas nas forças portuguesas.

Assim, no Título IV são abordadas as tropas irregulares, sob o significativo título de "Da Neutralização de Organizações e Actividades Perturbadoras da Ordem Pública":

ARTIGO 9 - O Estado Português desarmará imediatamente todos os corpos de milícias, OPVDC, milícias privadas, Flechas e outras organizações similares, entregando à Frente de Libertação de Moçambique as armas não pertencentes ao Exército Português.

ARTIGO 10 - O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique cooperarão na detecção e neutralização de todos os agentes reaccionários e subversivos e nomeadamente os ex-agentes da PIDE/DGS.

No Título V, sob a designação de "Dos Moçambicanos nas Forças Armadas Portuguesas", é tratada a questão destas tropas e definidas as medidas necessárias:

ARTIGO 12 - Com a assinatura do presente acordo cessa a incorporação de moçambicanos nas Forças Armadas Portuguesas.

ARTIGO 13 - O Estado Português desmobilizará os moçambicanos actualmente em serviço nas Forças Armadas Portuguesas dentro do território moçambicano, os quais serão reintegrados na sociedade moçambicana, sob a responsabilidade da Frente de Libertação de Moçambique. A fim de evitar perturbações da ordem pública, as forças especiais como os GE, GEP e Comandos, serão imediatamente desarmados.

ARTIGO 14 - O Estado Português compromete-se a desmobilizar os moçambicanos actualmente em serviço nas Forças Armadas Portuguesas fora do território de Moçambique que assim o requeiram e deste facto notificará a Frente de Libertação de Moçambique

O cumprimento destas cláusulas era atribuído às autoridades portuguesas, devendo a Comissão Militar Mista supervisionar a aplicação das medidas necessárias.

As atas da Comissão Militar Mista refletem as dificuldades de ambas as partes em lidarem com este problema. As autoridades militares portuguesas foram atrasando a resolução dos vários casos, tanto pelo receio de passarem para a sociedade um elevado número de homens com conhecimentos militares, que deixariam de ser controlados, como pelas hesitações dos responsáveis da FRELIMO que começaram por mostrar intenção de aproveitarem pelo menos alguns desses militares para as suas fileiras e acabaram por desistir da ideia.

Na reunião de 20 de outubro de 1974 da Comissão Militar Mista o major Serra Pinto, 2.º comandante dos GEP, foi chamado à Comissão para fazer uma exposição sobre a sua unidade. Consta o seguinte da respetiva ata:

O major Serra Pinto expôs a organização, treino e missão dos GEP. Em seguida referiu a forma como foram trabalhados psicologicamente para a nova situação surgida no 25 de Abril. Com este trabalho de mentalização conseguiu-se que esta tropa se salientasse durante as tentativas de alteração da ordem na Beira, sendo-lhes entregue a guarda dos pontos mais sensíveis daquela cidade. Actualmente há cerca de 900 GEP, estando prevista para breve a desmobilização de cerca de 700 das incorporações de 1972 e 1973. É necessário que a FRELIMO defina com urgência

O MFA em Moçambique

a intenção que tem sobre os elementos que ficam, dado ser uma tropa bem preparada e mentalizada, pois a maior parte dos 200 elementos está agora a terminar a instrução. Convém também ser definido quais os contactos que a FRELIMO pretende ter com os 700 elementos que estão em vias de desmobilização, não esquecendo que tem que ser um processo rápido para não atrasar a sua passagem à disponibilidade e a estrutura do Centro de Instrução dos Grupos Especiais não permitir a sua manutenção durante muito mais tempo.

No que respeita a tropas especiais, consta ainda da ata do dia 4 de outubro seguinte:

Companhias de comandos do recrutamento de Moçambique

a. Pela delegação portuguesa foi solicitado que os contactos que a FRELIMO pretende ter com estes elementos, antes da sua desmobilização, sejam o mais rapidamente possível, dada a necessidade de se proceder à sua passagem à disponibilidade.

b. A 5.ª Repartição do Comando-Chefe ficou de enviar uma mensagem ao Batalhão de Comandos a dar conhecimento de que a Comissão Militar Mista resolveu que elementos da FRELIMO estabelecerão contacto com as companhias de comandos que vão ser desmobilizadas, para se conseguir a sua integração na sociedade.

Só na reunião de 21 de novembro a FRELIMO transmitiu a sua decisão sobre as forças especiais, limitando-se a declarar o seguinte, sem quaisquer outras justificações:

Ainda o comandante Sulila esclareceu haver decisão superior da FRELIMO no sentido de todos os GEP e Comandos poderem ser desde já desmobilizados. Solicitou ainda lhe fosse fornecida lista dos nomes, moradas, profissões e habilitações literárias daqueles elementos.

Não consta nas atas qualquer outra abordagem do tema, em relação às tropas especiais. Contudo, em relação aos militares do recrutamento normal, e na ata da Comissão de 14 de dezembro de 1974, é referido pela delegação portuguesa que "até 31 de Dezembro de 1974 todo o pessoal do recrutamento do Estado da classe de 1973 será desmobilizado". Foi ainda focada a necessidade de se passar estes elementos para as Forças Populares Libertação, a fim de não serem passados à disponibilidade e poderem

dar-lhes o seu contributo, principalmente os especialistas. Foi entregue à FRELIMO uma relação relativa aos especialistas do Comando Territorial do Sul, tendo a FRELIMO solicitado relações semelhantes dos Comandos do Norte e do Centro.

Na reunião seguinte, em 20 de dezembro, a delegação portuguesa insistiu, argumentando que mais de 1000 especialistas iam ser passados à disponibilidade, propondo que eles fossem "integrados progressivamente nas FPLM, mesmo que continuassem a ser pagos pelas Forças Armadas Portuguesas".

O assunto ficou sem resposta até à reunião de 20 de janeiro, na qual consta o seguinte:

Passagem a disponibilidade da classe de 1974.

O brigadeiro Costa Pinto informou que tinha sido dada ordem para passarem à disponibilidade os atiradores da classe de 1974 do recrutamento de Moçambique. Tal situação pode criar dificuldades na disciplina das outras especialidades.

O coronel Melo Egídio focou a necessidade da FRELIMO criar nas unidades grupos de dinamização para a mentalização dos especialistas para ficarem e não criarem problemas com a saída dos atiradores.

Não se voltou a este assunto na Comissão Militar Mista, pelo que todos os militares moçambicanos integrados do anterior nas Forças Armadas Portuguesas foram passando à disponibilidade, sem que a FRELIMO voltasse a mostrar qualquer interesse em integrá-los nas suas fileiras, nem mesmo como civis especialistas.

O João seguia este assunto com interesse, pois durante a fase anterior contactara com muitas das unidades de militares moçambicanos e sempre transmitira a ideia de que a FRELIMO não deixaria de ponderar o seu aproveitamento, pelo menos os especialistas, nem que fosse como civis. Quando tomou conhecimento da decisão da FRELIMO, não pôde deixar de comentar:

- Estou muito desiludido. Sempre recebemos sinais dos responsáveis da FRELIMO em como muitos dos militares moçambicanos integrados nas forças portuguesas seriam aproveitados. Foi isso que em algumas ocasiões transmitimos a esses militares, que agora se vêem abandonados. Julgo que a FRELIMO não está a ver bem o problema e que desta decisão não virão bons resultados.

O MFA em Moçambique

- Talvez os responsáveis da FRELIMO, em especial aqueles que seguem a transição de fora do território, tenham receio de integrar estes militares nas suas forças, tanto pela sua preparação como por não os sentirem integrados na nova situação.

- Eu compreendo que não possam permitir interferências de quem pode concorrer com as suas aspirações. Mas o problema é que essa interferência se tornará mais provável se estes militares estiverem de fora, à mercê de quem tenha outros interesses. Não auguro nada de bom e não gostei que tenhamos sido excluídos de qualquer consulta por parte dos responsáveis militares da FRELIMO. Começo a perceber que não estamos aqui a fazer grande coisa!